



Anais da Assembléia

Número 225

Caritiba, Quarta-feira, em 10 de dezembro de 1997

Apo XXII

Mesa Diretora

LUIZ CARLOS ZUK 1º Vice-Presidente - PDT	ANIBAL KHURY Presidente - PTB	LUIZ CLAUDIO ROMANELLI 3º Vice-Presidente - PMDB
LUIZ CARLOS MARTINS 1º Secretário - PDT	NEIVO BERALDIN 2º Vice-Presidente - PP	ANTONIO ANNIBELLI 3º Secretário - PSDB
IRONDI PUGLIESI 4º Secretária - PPB	NELSON GARCIA 2º Secretário - PFL	ANGELO VANHONI 5º Secretário - PT
	ABIB MIGUEL Diretor Geral	

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jílilo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 067ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE DEZEMBRO DE 1997
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dezesseis horas e trinta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caio Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cesar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 3237

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2 discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 10.12.1997.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Não havendo expediente a ser lido, nem Oradores inscritos para o Pequeno e Grande Expedientes, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 672/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 105/97, que aprova ajuste no Programa de Obras constante do anexo V da Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1.996, no valor de R\$ 2.218.921,00 (dois milhões duzentos e dezoito mil novecentos e vinte e um reais), ao vigente orçamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 673/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 099/97, que objetiva acrescentar às alíquotas das tabelas pertinentes à taxa de segurança, de que trata o art. 4º da Lei nº 7.257, de 30 de novembro de 1.979, que especificamente na tabela 8, classificação 8.4, a alíquota 8.4.2.1, que se refere à taxa devida por exame de aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. ÂNGELO VANHONI – Senhor Presidente, peço a palavra para fazer um comunicado à Mesa. Diante do que ouvimos das expressões proferidas pelo Líder do Governo Deputado Valdir Rossoni, fizemos uma reunião rápida aqui, com algumas pessoas que participam da Oposição e de certa maneira queremos manifestar o nosso arrependimento pela maneira como temos nos comportado frente ao Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni quando usa da tribuna no seu horário regimental. O Deputado Caio Quintana está externando ao Deputado Valdir Rossoni que daqui para frente seremos respeitosos e esperamos que possamos contribuir para a saúde emocional e o equilíbrio do Deputado Valdir Rossoni que nos pareceu à beira de uma síncope nervosa quando usou da tribuna nestes dias. Prometemos que seremos mais comedidos e respeitosamente pediremos apartes e só falaremos quando V.Exa. nos concedê-los. Gostaria de fazer este comunicado de arrependimento pelos males causados ao Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI – Eu não poderia esperar outra atitude do Deputado Ângelo Vanhoni porque ele é um grande Parlamentar e ele reconhecendo o seu erro, eu também prometo que vou procurar fazer os seus discursos mais amenos e não venham com tanta verdade doida como hoje o fiz.

O SR. EMERSON NERONE – O objetivo de toda esta “melação” que se deu agora, é que o Deputado Rossoni passe a ceder apartes para a Oposição também, ou então, negar à oposição e ceder à Situação. Negar ou não enrolar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – O espírito democrático predomina realmente na Mesa Executiva e no Plenário desta Casa.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 710/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que incorpora aos proventos de inatividade do policial civil a gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 541/97, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul – SIRMS, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. No D.A. nº 169, de 09.10.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 541/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Hidekazu Takayama, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Sindicato Rural do Município de Marilândia do Sul – SIRMS, com sede e foro no Município de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 25.11.1997.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 702/97, de autoria do Deputado Joel Coimbra e outros, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno, através das Instituições de Ensino Superior, do estado do Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 com garantia de desmobilização patrimonial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social (BNDES). COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F.. (Publ. No D. A. nº 220, de 08.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 702/97

PARECER:

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra e Outros, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno, através das instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 com garantia de desmobilização patrimonial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada

encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 09.12.1997.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 702/97

RELATÓRIO

De autoria do Deputado Joel Coimbra e outros, o Projeto de Lei em análise visa autorizar o Poder Executivo a realizar operação de empréstimo interno, através das Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, até o valor de R\$ 64.315.526,79 com garantia de desmobilização patrimonial, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento e Econômico e Social (BNDES).

FUNDAMENTAÇÃO

A matéria ora em análise, veio a receber total apoio tendo em vista a inexistência de óbices de natureza legal e constitucional, recebendo pois o parecer FAVORÁVEL.

CONCLUSÃO

Neste sentido, esta Comissão de Finanças ao ser chamada a opinar em conformidade com o parágrafo 3º, artigo 33 do regimento Interno vem a se pronunciar favoravelmente à proposta ora em exame, a qual foi elaborada em conjunto com o Poder Executivo e assim sendo entendemos que a mesma vem a merecer parecer FAVORÁVEL.

É o PARECER.

(aa) ÉLIO RUSCH – Presidente

ADEMAR TRAIANO – Relator

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eu queria chamar a atenção porque este projeto transitório do Deputado Joel Coimbra, é, na minha avaliação, um Projeto que tem pontos positivos porque visa dotar as Universidades Estaduais, Faculdades Isoladas, de um programa de uma operação de empréstimo que é concedido pelo BNDS, mas que traz no artigo 4 uma preocupação muito grande a todos nós porque, como garantias reais complementais, obviamente ele coloca o aval do Estado do Paraná. Mas a primeira garantia real é o patrimônio das Universidades e creio eu que é um problema muito grave, se por alguma razão, como este financiamento vai ser contratado diretamente pela Instituição de ensino, se por alguma razão e as razões nós conhecemos que é a penúria que passam as nossas Universidades, transcendendo até Deputado Rossoni, os governos que se sucedem, eu creio e digo isto com a autoridade de que quando negociou a dívida do Estado do Paraná exigiu que a Companhia de Habitação do Paraná transferisse o seu débito junto a Caixa Econômica Federal para o Tesouro do Estado o que viabilizou uma administração absolutamente tranquila para o atual Secretário, creio que esse artigo 4º é um desserviço das

instituições de ensino do Estado do Paraná pelo risco de que a única garantia real que deve se ofertar é o aval do Estado do Paraná e não o patrimônio das Universidades. E me preocupa muito saber que a contrapartida exigida pelo BNDS é a desmobilização patrimonial que as nossas Universidades, o que me consta, Deputado Joel Coimbra, não conheço nada absolutamente nada de patrimônio das nossas Universidades que não sejam os Campus Universitários e as Fazendas Experimentais, não conheço absolutamente nada. Então, ressalvado que exista algum outro patrimônio para ser desmobilizado, creio eu que há uma incongruência do ponto de vista do objeto, da justificativa da realização desse contrato de empréstimo. Então, creio que este artigo 4º, salvo que V.Exa. tenha uma explicação que me convença da justeza, não consigo interpretar como é possível oferecermos os Campus Universitários como garantia real para a realização desses empréstimos. Esta é uma consideração que queria falar, sou a favor do empréstimo, agora, faço esta ressalva porque acho que a única exigência que esta Casa pode colocar é, única e exclusivamente, o aval do Tesouro do Estado do Paraná ao empréstimo.

Muito obrigado.

O SR. JOSE MARIA FERREIRA (Para Encaminhar) –

Senhor Presidente, Senhores Deputados, O Deputado Romanelli levanta uma questão tão importante, quando ele menciona a preocupação de dar em garantia bens imóveis das instituições de ensino superior, não deixa de ter uma certa preocupação. Reconheço o mérito por parte do Deputado Joel Coimbra por permitir que as instituições de ensino superior possam cumprir a sua finalidade, haja visto que o governo tem investido muito pouco neste setor, e até reconhecidamente o Paraná é um daqueles que tem a maior carga. Porém, só para fazer uma análise, a UEL, a qual eu conheço bem, o Romanelli diz que não conhece uma outra área, é justamente a área central do Hugo Simas, é a área aonde hoje funciona a Faculdade de Odontologia, o escritório de prática de odontologia. Então, é um espaço que no futuro a cidade de Londrina vai lembrar quando a UEL entregar esta área. E como exemplo que conheço, começo a pensar com relação a UEM, a Paravaí e tantas outras que no afã de solicitar o recurso, de ter o recurso acaba comprometendo quem sabe lá o futuro e a própria expansão da instituição.

Vejo que o aval do Estado aqui seria o suficiente e por isso que nós aguardamos do Deputado Joel Coimbra, o autor do Projeto, que se manifeste.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Palavra ao ilustre Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) – Senhor

Presidente, nós ouvimos o Deputado Líder do Governo, Valdir Rossoni, colocar a questão do pagamento em dia do 13º aos funcionários como se fosse uma novidade ao Estado do Paraná. Isso para nós, ao longo dos últimos anos, tem sido rotina nesse Estado. Só para lembrar o Deputado Rossoni, no último ano do Governo do PMDB, em 1994, eu quero ter a oportunidade de passar às mãos do Deputado Rossoni, que o Governo do Paraná antecipou o 13º dos funcionários, em 1994, para o

dia 30 de novembro. E se isso não bastasse ele também efetuou o pagamento do funcionalismo do mês de dezembro, ele pagou no dia 22 de dezembro. Eu me permito passar ao Deputado Rossoni apenas para lembrar a sua memória.

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) – Eu gostaria que o Deputado Renato Adur também me fizesse um favor, como eu tenho dificuldades, eu tenho uma pequena assessoria muito competente, mas uma pequena assessoria, que o Deputado Renato Adur também, eles que extinguiram o fundo previdenciário do Estado, o Fundão, que só corrigisse o valor quando foi extinto, e que foi gasto aqueles recursos, quanto valeria hoje? E que ele me trouxesse amanhã para nós também anunciarmos à população do Paraná, que seria importante para que a população tivesse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Palavra ao ilustre Deputado Joel Coimbra, autor da matéria que está sendo encaminhada à votação.

O SR. JOEL COIMBRA (Para Encaminhar) – É louvável a preocupação dos Eminentes Deputados, Romanelli e José Maria, a respeito do teor do artigo 4º do Projeto ora apresentado, e a exposição feita por eles bem revela o extraordinário espírito público desses Eminentes colegas, como os demais Parlamentares que integram esta Casa. Agora, um aspecto nós gostaríamos de deixar esclarecido a esse respeito. Inicialmente que a desmobilização patrimonial, a garantia real mediante desmobilização patrimonial é a condição imposta pelo agente financiador, é o BNDS que impõe essa condição. A indicação dos imóveis é feita pelas próprias Universidades, elas que apresentam esses imóveis, no caso da Universidade de Maringá há uma discriminação de determinadas áreas que a Universidade entende que na pior das hipóteses, não conseguindo solver o financiamento, ele teria condição de dispor, mas ressalta finalmente que a operação é feita baseada na capacidade de pagamento. Os estudos estão sendo realizados dentro das Universidades, há um grande empenho pelas Universidades por intermédio dos seus departamentos de economia e contabilidade, e evidentemente mesmo após a aprovação desta proposta a matéria ainda será submetida à avaliação ainda aqui no Governo, e também evidentemente que o próprio Banco. Porque como nós sabemos a instituição financeira, por mais idôneo que sejam os contratantes, e por melhores que sejam as garantias, ela também não arriscará uma operação se não tiver a certeza de que ela irá receber os imóveis. Então, esta matéria ainda esta sendo encaminhada. Agora, a chave da questão é que essa desmobilização, ela é a condição imposta pelo banco financiador.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) –

Senhor Presidente, entendo que seria o caso de nós adiarmos para amanhã a votação dessa matéria até para que nós possamos nos resguardar de futuros aborrecimentos. No artigo 3º fala das garantias e diz que as garantias constam do anexo 2. Pois bem, no item 01 diz: "Universidade Estadual de Londrina, UEL, de área de

terra consistente de parte da quadra 74-A, no centro de Londrina, com 8.050 m² pertencendo à Universidade.

Acho que o mínimo que deveríamos esperar que constasse, ao citar uma área era que constasse o número da matrícula no registro de imóveis, porque a maioria das áreas aqui enumeradas não apresenta sequer a matrícula perante o registro de imóveis.

Por mais que possa ter havido boa vontade por parte do Senhores Deputados que subscreveram este projeto e assessorado pelas nossas Universidades, entendo que pela forma que o projeto se apresenta é uma forma frágil que não nos dá sequer a certeza de quais imóveis estão sendo ofertados de garantia.

Então acredito que seria de bom senso que transferíssemos a votação dessa matéria para amanhã dando tempo para que as universidades e faculdades pudessem, por fax, nos remeter o número das matrículas para que fizessem parte do projeto e esta correção poderá ser feita através de emenda de Plenário.

O SR. JOEL COIMBRA – Senhor Presidente, estes documentos poderão ser supridos na seqüência, mesmo porque o financiamento tem prazo, nós já vamos entrar em recesso, dificilmente haverá convocação extraordinária, então há uma exiguidade de prazo. Isso não impede que a documentação chegue ao projeto.

O SR. ROMANELLI (Pela Ordem) – Senhor Presidente, concordo com o Deputado Joel Coimbra, desde que assegurado o seguinte: - nós temos o prazo de financiamento, as taxas de juros estão sendo negociadas. Concordo em votar em 1ª discussão mas creio que é indispensável que se faça uma série de emendas para corrigir este projeto. Imagine, Senhor Presidente, dar o campus da Universidade de Ponta Grossa como garantia real. Veja o que estamos tratando.

O segundo passo, Senhor Presidente, é fazer o mesmo projeto da Paraná Educação nas universidades. Se transforma as universidades em entidades de serviço social autônomo, a garantia real está dada, não vai restar outra alternativa senão cobrar mensalidade para pagar prestação do BNDS. Veja a gravidade, Exa. Do que estamos tratando.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA – Só para colaborar, no item 5º: - universidade estadual do Centro Oeste, área de 10.669 mts., sito a Rua Presidente Zacarias 875. Amanhã renumera a rua teremos um problema, então perdemos a condição.

O SR. PRESIDENTE (Luz Carlos Zuk) – Com o compromisso assumido perante os deputados pelo Deputado Joel Coimbra do que foi solicitado, colocamos em Votação. **APROVADO.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 705/97, de autoria do Deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública o IBID – Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento, com sede e foro nesta capital. **COM**

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. No D. A. nº 220, de 08.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 705/97

PARECER:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Tureck, objetiva declarar de Utilidade Pública Estadual o IBID – Instituto Brasil de Integração e Desenvolvimento, desta cidade de Curitiba.

Após análise, constamos não existir nada de ordem legal constitucional ou regimental que impeça sua normal tramitação.

Desta forma, nosso parecer é **FAVORÁVEL.**

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente

VALDIR ROSSONI – Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 687/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 108/97, que introduz na lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, IPVA as alterações conforme especifica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 213, de 02.12.97, mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 687/97

PARECER:

O Projeto de Lei em exame decorre da Mensagem Governamental nº 108/97, que tem por objetivo, a alteração da Lei Orgânica do IPVA (Lei nº 11.280 de 26/12/95), conforme segue:

Alteração 1ª - Art. 3º, parágrafo 3º:

Em caso de recuperação do veículo furtado, dispensa-se do pagamento do tributo relativo ao período em que o este não estava em posse do proprietário.

Alteração 2ª - Art. 6º, I, "e".

Atribui responsabilidade solidária ao adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto do exercício ou exercícios anteriores. Tal responsabilidade já estava contida na Lei, todavia a alteração proposta visa torná-la mais clara, alertando o adquirente quanto às precauções que deverá tomar por ocasião da aquisição do veículo.

Alteração 3ª - Art. 14, II e VII e parágrafos.

Aprimora a redação do texto anterior e condiciona a concessão de isenção para os veículos diplomáticos, à reciprocidade do benefício nos países de origem, relativamente aos veículos diplomáticos brasileiros.

Aprimora o texto anterior, para que a isenção alcance todos os veículos, exclusivamente destinados ao transporte escolar, independentemente do mesmo ser de prestador de serviço.

Alteração 4ª - Art. 15, II.

Altera a redação do inciso II, para suprimir penalidade relativas ao cadastro de veículos, uma vez que as mesmas

estão previstas na Lei nº 9.503/97, que instituiu o novo Código Nacional de Trânsito.

Já o art. 2º do Presente Projeto de Lei, autoriza o Secretário de Estado da Fazenda, em conformidade com o inciso III, do art. 172 do Código Tributário Nacional, a cancelar os créditos tributários lançados até 31/12/92, cujo montante atualizado não ultrapasse quatro UPF/PR (Unidades Padrão Fiscal do Paraná).

A tabela de valores venais para efeito de cálculo de imposto devido, reeditada anualmente com base em pesquisas realizadas pela Secretaria da Fazenda, constitui o Anexo Único ao qual se reputa o art. 3º da proposta de Lei em análise.

Analisando o Projeto de Lei em face das Constituições Federal e Estadual; da Legislação infraconstitucional afeta; Código Tributário Nacional e Código Nacional de Trânsito e do regimento Interno desta Casa, nenhuma restrição se apresentou, portanto esta a Proposição em condições de receber Parecer Favorável desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 09.12.1997.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente

VALDIR ROSSONI – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 687/97

RELATÓRIO

Oriundo da Mensagem Governamental nº 108/97, o Projeto de Lei em análise tem por finalidade alterar os dispositivos que especifica, da Lei 11.280, de 26 de dezembro de 1995, pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

FUNDAMENTAÇÃO

Ao passar pela análise da comissão de Constituição e Justiça, a matéria veio a receber desta Parecer FAVORÁVEL, no tocante aos aspectos legais, regimental e constitucional.

CONCLUSÃO

Neste sentido, ao ser chamada a opinar esta Comissão de Finanças, em conformidade com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno e entendendo que trata-se de uma medida resultante de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda e com o objetivo de enriquecer conjuntura da Lei do IPVA, de maneira a adaptá-la à atual conjuntura de tal tributo e assim harmonizando-o com o novo Código Nacional de Trânsito, vem pois emitir Parecer FAVORÁVEL ao Projeto de Lei nº 687/97.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) ÉLIO RUSCH – Presidente

ALBANOR GOMES – Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei nº 688/97, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 109/97, que aprova crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.652, de 27 de dezembro de 1996, no valor de R\$ 2.886.250,00 (Dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais).

Conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F.. Aprovado (Publ. no D.A. nº 213, de 02.12.97).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 688/97

PARECER

O Projeto de Lei em exame, nascido da Mensagem Governamental nº 109/97, objetiva aprovação de Crédito Suplementar ao vigente orçamento da Paraná Turismo, no valor de R\$ 2.886.250,00.

A Proposição objetiva dar cobertura orçamentária à conclusão de obras nas Bases Náuticas e aos serviços de terraplanagem no Parque da Barragem de Itaipu.

A necessidade da autorização legislativa para alteração orçamentária proposta, decorre de imperativo constitucional (art. 135, inciso V), que também impõem sejam indicados os recursos para a devida cobertura. Providência tomada nos anexos que acompanham a proposição.

Portanto, em consonância com os mandamentos constitucionais, legais e regimentais, está o Projeto de Lei em condições de receber Parecer FAVORÁVEL desta Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 09.12.1997.

(aa) JOEL COIMBRA – Presidente

BASÍLIO ZANUSSO – Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 688/97

RELATÓRIO

O presente projeto de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 109/97, que visa aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 2.886.250,00 (dois milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e cinquenta reais), ao vigente orçamento da Paraná Turismo, autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Esporte e Turismo, aprovado pela Lei nº 11.652/96, visando dar cobertura orçamentária à conclusão de obras nas Bases Náuticas e aos serviços de terraplanagem no Parque da Barragem do Itaipu, necessárias à consecução do Projeto Costa Oeste.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta Parecer FAVORÁVEL, pelo entendimento à obediência ao imperativo constitucional estadual, art. 135, inc. V.

CONCLUSÃO

Assim sendo, o que cabe a esta comissão se manifestar, conforme lhe preceitua o parágrafo 3º, do art. 33, do regimento Interno e pelo motivo que servirá como recurso para cobertura do crédito acima mencionado, igual importância proveniente de cancelamento de dotação da Paraná Esporte, posiciona-se igualmente, pelo Parecer FAVORÁVEL à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 10.12.1997.

(aa) ÉLIO RUSCH – Presidente

ALBANOR GOMES – Relator

Curitiba, Quarta-feira em 10.12.97

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 689/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 110/97, que aprova crédito suplementar ao orçamento geral do Estado, no valor de R\$ 1.500,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 213, de 02.12.97, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 689/97

PARECER:

O Projeto de Lei nº 689/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 110/97, tem por objetivo a obtenção de autorização deste Poder Legislativo, em conformidade com o que dispõe o art. 135, V da Constituição Estadual, para abertura de crédito suplementar que dará cobertura às obras de infra-estrutura do Programa Caminhos do Mar.

Tal Programa, inserido no Paraná Ambiental, visa integrar a rota natural que se inicia em Piraquara na Região Metropolitana de Curitiba, e se estende até Guaraqueçaba, levando em conta a existência de um grande número de Unidades de Conservação ao longo da Serra do Mar e Floresta Atlântica Paranaense, inclusive a Ilha do Mel.

Atendendo determinação constitucional os anexos que acompanham o Projeto de Lei, indicam os Recursos que darão suporte a providência orçamentária pretendida.

Presentes, portanto, os pressupostos constitucionais legais e regimentais que autorizam a normal tramitação deste Projeto de Lei, a Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável à Proposição. Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 689/97, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 110/97, objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (Um milhão e quinhentos mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, visando dotar de infra-estrutura a rota natural ao Litoral do Paraná - CAMINHOS DO MAR - cujo início é na Região Metropolitana de Curitiba estendendo-se até Guaraqueçaba.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Comissão de Constituição e Justiça, chamada a opinar, de acordo com o que dispõe o Parágrafo 3º do art. 33 do Regimento Interno desta Casa, esclarece que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação da própria Secretaria.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
EDNO GUIMARÃES - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 690/97, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/97, fica procedido um ajuste no Programa de Obras constante do anexo V da Lei nº 11.652, no valor de 1.567.173,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais), conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 213, de 02.12.97, Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 690/97

PARECER:

Submete-se à apreciação desta Comissão, o Projeto de Lei nº 690/97, oriundo da Mensagem Governamental nº 111/97, que objetiva a aprovação de Ajuste Orçamentário, na ordem de R\$ 9.032.564,00, ao orçamento das Universidades Estaduais de Maringá e Londrina.

O remanejamento orçamentário em análise viabilizará a execução das obras que se especifica e os respectivos recursos, são decorrentes de dotações das próprias Instituições de Ensino Superior.

A análise da proposição, sob o aspecto constitucional, legal e regimental, confirma a sua procedência, esta Comissão de Constituição e Justiça manifesta seu parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 690/97, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem nº 111/97, objetiva ajuste no valor de R\$ 1.567.173,00 (Um milhão, quinhentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e três reais), ao vigente Programa de Obras da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá, conforme especifica.

FUNDAMENTAÇÃO

Tal proposta já foi analisada e discutida pela Comissão de Constituição e Justiça, sendo aprovada. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o Parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, esclarece que os recursos para cobertura da referida programação são provenientes de cancelamento de dotação dos próprios órgãos.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, somos de parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. Sala das Comissões, em 10.12.97.

(aa) ÉLIO RUSCH - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

O SR PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) – Sobre a Mesa, requerimento nº 3237, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. - Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.
Levanta-se a sessão

Portarias:

O Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA Nº 164/97

Colocar, a disposição da SECRETARIA DO ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, na

cidade de Ponta Grossa, o servidor RODRIGO DE MORAES SOARES, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 165/97

Colocar, a disposição da CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, a servidora MICHELLY BARSZCZ, com ônus para o órgão de origem.

PORTARIA Nº 166/97

Colocar, a disposição da SECRETARIA DE ESTADO DO EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO, na cidade de Ponta Grossa, o servidor PAULO GUSTAVO CORREIA BAGGIO, com ônus para o órgão de origem.
GABINETE DA DIRETORIA GERAL, em 09.12.97

(a) ABÍB MIGUEL

Diretor Geral